



PSICANÁLISE

Daniela Torres Pedruzzi
Anamaria Silva Neves

Entrega voluntária à adoção

Psicanálise, direito e política

Blucher

Entrega voluntária à adoção

Psicanálise, direito e política

Daniela Torres Pedruzzi
Anamaria Silva Neves

Entrega voluntária à adoção

© 2025 Daniela Torres Pedruzzi e Anamaria Silva Neves

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Rafael Fulanetti

Coordenação de produção Ana Cristina Garcia

Produção editorial Kiyomi Yamazaki e Andressa Lira

Preparação de texto Regiane da Silva Miyashiro

Diagramação Estúdio dS

Revisão de texto Maurício Katayama

Capa Laércio Flenic

Imagem da capa iStock

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico,
conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico*
da Língua Portuguesa, Academia Brasileira
de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial
por quaisquer meios sem autorização
escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela
Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Heytor Diniz Teixeira, CRB-8/10570

Pedruzzi, Daniela Torres

Entrega voluntária à adoção : psicanálise,
direito e política / Daniela Torres Pedruzzi,
Anamaria Silva Neves. – São Paulo : Blucher,
2025.

144 p.

Bibliografia

ISBN 978.85.212.2527-0 (impresso)

ISBN 978.85.212.2526-3 (eletrônico - Epub)

ISBN 978.85.212.2525-6 (eletrônico - PDF)

1. Psicanálise. 2. Psicanálise clínica. 3.
Psicanálise e mulheres. 4. Adoção. 5. Serviços
de saúde materna. 6. Direito das mulheres. 7.
Psicologia jurídica. I. Título. II. Neves,
Anamaria Silva Neves. III. Série

CDU 159.964.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Psicanálise

CDU 159.964.2

Conteúdo

Prefácio	11
Apresentação	15
Introdução	19
1. A entrega voluntária à adoção	27
2. A escuta psicanalítica nos contornos da cena jurídica	41
3. Nas malhas da maternidade: a complexa trama do tornar-se mãe	51
4. Metodologia da pesquisa	67
Discussão dos casos	77
Considerações finais	125
Referências	129

Prefácio

É com grande satisfação e orgulho que apresento esta obra, fruto da dissertação de mestrado de Daniela Torres Pedruzzi (sob orientação da Profa. Dra. Anamaria Silva Neves), excelente profissional que atua como Psicóloga Judicial junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e com quem tenho a honra de trabalhar nos processos da Infância e da Juventude.

Além de nossa lida diária na Vara da Infância e da Juventude (VIJ) de Uberlândia, já trabalhamos juntos em seminários realizados em diversas comarcas do Estado de Minas Gerais, especificamente capacitando as redes de proteção dos municípios mineiros. O trabalho consiste em auxiliar na implantação e no fortalecimento do Programa Entrega Legal, criado pelo TJMG em 2019, que busca dar suporte ao melhor atendimento das gestantes ou mães de recém-nascidos que manifestam desejo de entregar o filho em adoção, sempre em respeito ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com as alterações introduzidas pela Lei n. 17.509, de 2017.

A pesquisa por ela realizada e orientada pela Profa. Dra. Anamaria Silva Neves aborda um tema de relevância crucial e crescente que

atravessa os campos do Direito e da Psicologia: a escuta psicanalítica das mulheres que manifestam o desejo de entregar seu filho à adoção. Entender as nuances legais e compreender as questões psicológicas acerca de um tema tão sensível e complexo é de fundamental importância para todos aqueles que atuam em quaisquer dos lugares pelos quais a mulher gestante possa transitar, antes ou depois do nascimento de seu filho.

O livro explora as implicações legais e psicológicas (especialmente estas) da entrega voluntária do filho para adoção, enaltecendo não só o direito das mulheres, mas também a necessidade de uma escuta ativa e de um acolhimento respeitoso e sensível. Nesse sentido, o livro nos convida, todo momento, a revisitar nossa prática diária no atendimento (em qualquer seguimento) das mulheres que manifestam o desejo de entregar o filho, ainda no ventre ou recém-nascido, à adoção.

Ao abordar a situação de vulnerabilidade vivenciada pela grande maioria dessas mulheres, as autoras nos oferecem uma análise crítica e ampla sobre a temática, mas especialmente nos remetem a uma reflexão sensível, cuidadosa e empática a respeito das múltiplas violências perpetradas em desfavor dessas mulheres: vulnerabilidade social, violência sexual, violência física, relacionamentos tóxicos e abusivos, dentre outras.

A pesquisa trazida nesta excelente obra baseou-se em casos reais atendidos, vivenciados e experienciados por Daniela, enquanto psicóloga judicial do TJMG, o que muito enriquece o material aqui produzido. Vale dizer, a teoria apresentada guarda estreita relação com a prática que Daniela realiza com maestria em suas atividades profissionais no fórum da comarca de Uberlândia.

A ilustração com os casos de Medusa, Dafne e Rhea dão concretude a todo o conteúdo acadêmico tão bem delineado, sempre na

medida certa do que precisamos saber para melhor compreender a temática que o livro nos apresenta.

Cada página desta obra reflete a preocupação e o compromisso da autora em abordar, de maneira humanizada, os desafios enfrentados por essas mulheres, e demonstra, também, um exemplar cuidado com o bem-estar das crianças (bebês que já nasceram ou que nascerão em breve).

Ao propor a escuta psicanalítica das mulheres que procuram o Judiciário para entregarem seus filhos à adoção, as autoras, sabiamente, fundamentam essa prática no entendimento de que é preciso escutar os conteúdos inconscientes do psiquismo de cada uma delas. Vale dizer, é preciso ouvi-las de maneira particularizada e pormenorizada-mente cuidada em todas as nuances que as envolvem.

A sensibilidade das autoras está presente em cada linha dos capítulos desta bela obra. Fala sobre o não desejo da maternidade. Questiona a idealização da maternidade. Anuncia o desconforto enfrentado quando se propõe uma escuta acolhedora dessas mulheres gestantes. Demonstra as vulnerabilidades, as fragilidades, as fraquezas e as violências sofridas por essas mulheres. Afirma que a entrega voluntária se trata de um direito das mulheres. Anuncia a todos que as mulheres devem ser atendidas, cuidadas e amparadas, sem qualquer constrangimento. Enfim, inúmeras são as questões que atravessam a vida dessas mulheres. Enquanto homem, tenho consciência de que jamais saberei das dores que uma mulher sofre ao procurar a Justiça para fazer a entrega voluntária de seu bebê à adoção.

Desejo que este livro seja uma fonte valiosa de conhecimento e inspiração para todos aqueles que se dedicam a compreender o tema da entrega voluntária à adoção dentro do campo do direito e da psicologia, promovendo uma abordagem mais consciente, respeitosa, sensível e empática.

Daniela e Anamaria, renovo-lhes meus parabéns pelo excelente trabalho e pelo significativo impacto que esta pesquisa terá nas áreas do direito e da psicologia.

José Roberto Poiani

*Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da
Comarca de Uberlândia – Minas Gerais e membro
da Coordenadoria da Infância e da Juventude do
Tribunal de Justiça de Minas Gerais (COINJ).*

Apresentação

Este livro originou-se da pesquisa de mestrado de Daniela Torres, orientada pela Profa. Dra. Anamaria Silva Neves. A pesquisa teve início a partir das inquietações da mestranda diante do sofrimento psíquico de mulheres que buscaram o Judiciário para entregar seus bebês para adoção. O trabalho como psicóloga jurídica, servidora de um tribunal estadual, atuando com várias temáticas complexas, sempre despertou interesses diversos pela pesquisa, pela investigação e pela elaboração teórica a partir da prática. Daniela vivenciou o amadurecimento desse desejo, permitindo-se ser instigada a pesquisar um tema que a mobilizasse de maneira ainda mais profunda. Foi assim que a pesquisa que deu origem a este livro teve seu início, a partir do encontro entre a prática profissional, o desejo de saber teórico e o envolvimento afetivo genuíno pela maternidade e suas dores e os diálogos com a Universidade, intensificados com a interlocução com a orientadora e companheira de discussões Anamaria Neves.

A obra que o leitor e a leitora têm em mãos, portanto, apresenta um conteúdo prático acerca dos atendimentos psicológicos no contexto judicial das mulheres que buscam a Justiça para entregar seus

bebês para adoção, esmiuçando as atuais e recentes questões legais que os definem. Antes disso, porém, é feito um retorno ao contexto histórico que envolve a circulação de crianças, especialmente a roda dos expostos. Esse antigo dispositivo recebia bebês, sobretudo de forma anônima, mantendo-se silenciado todo um contexto social, político e afetivo dessa prática.

A abordagem teórica que fundamenta o livro é a Psicanálise, especialmente por permitir escutar o não dito, acessar os processos inconscientes que permeiam a cultura e os sujeitos, mobilizando os fazeres e dizeres contemporâneos sobre a mulher, a maternidade e a entrega voluntária de bebês à adoção. Portanto, o leitor e a leitora vão encontrar os principais construtos da escuta psicanalítica dessas mulheres, dentro das possibilidades de realização da Psicanálise para além do *setting* tradicional.

Consideramos que o conteúdo mais importante do livro é aquele que diz respeito às gestantes, mulheres que compuseram a pesquisa, e que apresentamos nesta obra. Em razão disso, a parte de análise e discussão original dos casos foi mantida com a intenção de permitir uma aproximação mais genuína da escuta que se realizou dos impasses subjetivos vivenciados por elas ao longo do acompanhamento realizado.

Enfim, esperamos que este livro possa trilhar caminhos ainda não suficientemente explorados, que permitam a profissionais da Psicologia, Serviço Social e Direito escutarem e darem voz aos sofrimentos psíquicos presentes na vida das gestantes que buscam a Justiça para a entrega voluntária de seus bebês à adoção.

Uberlândia, 3 de fevereiro de 2025.

Daniela Torres Pedruzzi

Anamaria Silva Neves

Drão, o amor da gente é como um grão
Uma semente de ilusão
Tem que morrer pra germinar
Plantar n'algum lugar, ressuscitar no chão nossa sementeira
Quem poderá fazer aquele amor morrer
Nossa caminhadura?
Dura caminhada
Pela estrada escura
Drão, não pense na separação
Não despedace o coração
O verdadeiro amor é vão
Estende-se infinito, imenso monolito, nossa arquitetura
Quem poderá fazer aquele amor morrer
Nossa caminhadura?
Cama de tatame
Pela vida afora
Drão, os meninos são todosãos
Os pecados são todos meus
Deus sabe a minha confissão, não há o que perdoar
Por isso mesmo é que há de haver mais compaixão
Quem poderá fazer aquele amor morrer
Se o amor é como um grão?
Morre e nasce trigo
Vive e morre pão
Uôh, Drão

Introdução

Apesar de trabalhar há mais de dezoito anos como psicóloga judicial no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), atendendo diversos casos de famílias e crianças em situações de litígio e/ou risco e vulnerabilidade, sempre às voltas com experiências intensas e que tanto me inquietaram em diversos momentos, considero que esta pesquisa se iniciou a partir do momento em que me tornei mãe. A maternidade para mim tem essa potência transformadora e envolve a convocação a tantas novas experiências e, em minha vida, inclui o desbravar da psicanálise, da maternidade e desta pesquisa.

Foi como várias mulheres contemporâneas que ainda permanecem sob o discurso social do ideal materno, no qual o tornar-se mãe assume um imperativo superegoico (que se desdobra nas exigências do que é a “boa mãe”), que a maternidade tocou a minha vida. Desejei profundamente ter meu filho, vivenciar a maternidade, e o recebi com a sensação nirvânica de realização. Não esperava, contudo, encontrar os percalços dessa entrega intensa da minha subjetividade para a constituição da subjetividade desse outro recém-nascido de mim. As profundas demandas dessa nova vida, a minha e do meu rebento,

arrebentaram com o ideal de maternidade que ainda carregava. Em meio à angústia despertada, fui em busca de pesquisar sobre esse tornar-se mãe tão distinto do que eu esperava. Encontrei então *blogs*, livros, publicações em Psicanálise, Antropologia e História apresentando um tal mal-estar na maternidade. Passei a aprofundar meus estudos sobre maternidade e parentalidade ao mesmo tempo que construía a minha maternidade singular na relação com meu filho. Acolhi no meu percurso de análise pessoal os sentidos e os sem sentido dessa transformação. Em dado momento, decidi retomar meus estudos psicanalíticos seguindo o caminho para onde apontava o meu desejo para além da maternidade. Winnicott (1947/2000) alude que “a pesquisa em Psicanálise seria, talvez, em algum grau, uma tentativa do analista de levar sua própria análise a um nível mais profundo que aquele lhe foi possibilitado pelo seu analista” (p. 279).

Nesse mesmo período, o Marco Legal da Primeira Infância (Brasil, 2016), dentre vários projetos e inovações legislativas para a proteção da primeira infância, regulamentou, por meio de uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), o atendimento pela equipe multiprofissional das Varas da Infância e Juventude da gestante que pretende entregar o seu bebê para adoção. Essa demanda de atuação acontecia anteriormente e se apresentava para mim como tema delicado e doloroso. Entretanto, surge na Justiça uma regulamentação expressa para que a gestante recebesse atendimento humanizado e acolhedor e que tivesse sua decisão respeitada. Elas passaram a chegar com maior frequência, não porque antes não existissem, mas sim porque, a partir de então, havia um discurso legal direcionado a elas.

A escuta das gestantes que buscam a Justiça apresentou-me também a uma outra cena, não tão distante de minha história pessoal, posto que minha mãe criou três filhos sem qualquer ajuda financeira do nosso pai, enfrentando diversos desafios sociais e econômicos para nossa sobrevivência física e também psíquica. As condições de

vida precárias de mulheres socialmente vulneráveis, mães solo, sendo às vezes as únicas responsáveis pelo sustento de si e dos filhos, em subempregos ou desempregadas, são contornadas por histórias de dor, sofrimento e impotência que, por vezes, ressoam em minha subjetividade fazendo ecoar os sentimentos de tempos difíceis. O refinamento da minha experiência pessoal, dos estudos em Psicanálise e do desejo de escutar as gestantes que pretendem entregar os bebês guiou-me pelas reflexões constantes sobre os casos.

Grande parte da população atendida por mim nos diversos processos judiciais traz à tona a realidade perversa que compõe a situação de desigualdade social do nosso país. Ao retomar a minha história no Fórum, observo como marcos importantes de análise as famílias pobres chefiadas por mulheres e as desigualdades raciais. Então, na confluência dos fenômenos, desde há muito tempo, passei a me inquietar e refletir sobre o quanto as condições sociais constituem importante atravessamento na vida das gestantes e na relevância de se debruçar sobre os efeitos desse contexto na experiência da gestação e no vínculo delas com seus bebês.

Dessas andanças inquietantes, passei a me interrogar se seria possível um diálogo da Psicanálise com a Justiça a partir da escuta dessas mulheres nos impasses com o fenômeno de “tornar-se mãe” e da entrega legal. As reverberações nesse campo são múltiplas e singulares ao mesmo tempo. As inquietações persistem e continuam a brotar a cada encontro com uma gestante, a cada caso, a cada audiência judicial, tendo se tornado o objetivo do presente estudo. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a escuta psicanalítica de mulheres que buscaram o Judiciário para entregar seus bebês para adoção. Especificamente, interessava acessar e discutir os impasses subjetivos apresentados por elas.

Ao entrar em contato com as mulheres e suas narrativas, deparei-me com histórias permeadas por dores e angústias, desinformação, confusão afetiva, situações de abandono e de violências diversas que,

naquele contexto, ligavam-se à experiência da gestação. Fui tomada por um mal-estar intenso que se configurava como sentimento de impotência, a ponto de ter o corpo imobilizado e sem energia, em uma condição de desinvestimento libidinal. Essa experiência, tão próxima do que se entende por desamparo, tornou a se repetir em outros momentos do trabalho realizado junto às gestantes, com as equipes da rede municipal, nas leituras do material documental e estudos acadêmicos. Como pesquisadora em Psicanálise, a reflexão sobre esse mal-estar provocado na experiência da escuta das gestantes indicava que ali se encontravam fios e rastros a serem percorridos na pesquisa.

Portanto, no campo da pesquisa, tornei-me sujeito da experiência, e conforme apresentado por Bondia (2002), me vi como alguém que se permitiu o risco da travessia e da transformação inerente aos fatos que me atravessavam. Tornei-me aquela que se dispôs a sentir, mesmo que fosse o padecimento. Desse modo, Anamaria e eu, orientadora e mestranda, diante do material de pesquisa, fomos trilhando as descobertas do campo e, ao produzir incessantes questionamentos, fomos produzindo juntas novas possibilidades de ensaios interpretativos. Segundo Bondia (2002), a experiência, enquanto algo que acontece a alguém, marca a singularidade do viver que pode ter como efeito a produção de um sentido, de um saber, único e subjetivo, como o saber analítico. Dessa forma, a metodologia empregada na pesquisa, enquanto pesquisa em Psicanálise, incluiu a pesquisadora como seu primeiro sujeito (Iribarry, 2003), da qual se desdobraram transferencialmente os alicerces que guiaram a construção de um saber.

A música “Drão”, de Gilberto Gil, que apresento na epígrafe deste trabalho, é um convite a pensar na “dura caminhada” dessas mulheres, suas vidas em “camas de tatame”, marcadas por lutas e tantos enfrentamentos, que culminam numa separação. Há um amor, que vai germinar em outro lugar, mas “quem poderá fazer aquele amor morrer?”. E “não há o que perdoar, por isso há de haver mais compaixão” a essas mulheres.

Para o percurso teórico do estudo, é proposto, no Capítulo 1, apresentar o histórico sobre a circulação de crianças, especialmente na modalidade da Roda dos Expostos, que parece se atualizar a partir da entrega voluntária à adoção. De fato, há uma repetição de rupturas entre mães e seus bebês, talvez até pelos mesmos motivos anteriores. Na sequência, apresentamos o que é a entrega voluntária à adoção no atual ordenamento jurídico e as propostas de intervenção que dela resultaram, carregando em seu cerne possibilidades de reflexão e escuta que podem fazer vacilar os discursos predominantemente pejorativos e silenciadores das mulheres que se dispõem a essa entrega.

Em seguida, no Capítulo 2 estão dispostas as reflexões sobre o encontro da Psicanálise e o Direito que, no presente estudo, acontece no Programa Entrega Legal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Supomos que não seja sem efeitos, tanto para o Judiciário quanto para a sociedade, que a Justiça se proponha a ofertar acolhimento. Por tratar-se de legislação especial de proteção da infância, aqui estendida ao cuidado com a gestante, a instituição que tem papel julgador se desloca para um lugar garantidor da decisão da mulher acerca da entrega ou não do filho. Esse pode ser um atravessamento institucional relevante ao proporcionar o direito da mulher em decidir sobre ser mãe de uma criança biologicamente gestada por ela, o que nem sempre acontece em outros cenários. Entretanto, a efetividade do que está proposto na letra da lei sustenta-se em uma clínica da escuta dentro do Judiciário, sendo importante reconhecer os pontos de tensão que advém do encontro da Justiça com a Psicanálise e as possibilidades dessa escuta.

No Capítulo 3 é discutida a apreensão psicanalítica da maternidade, destacando que não é necessariamente consequência da experiência biológica de uma gravidez. O tornar-se mãe impõe intenso trabalho psíquico que remete a gestante às suas relações primordiais, que emergem e atuam em suas possibilidades de fantasiar

um sujeito onde se tem, por vezes, apenas a barriga. Esses processos psíquicos complexos podem se tornar ainda mais difíceis, posto que certas condições sociais e familiares impõem ao psiquismo da gestante desafios que, para ela, em dado momento, podem ser insuperáveis. Interessa, portanto, pensar na maternidade por um de seus possíveis avessos: a maternidade que não se pretende enquanto a gestação está em curso. Trata-se de mulheres que se encontram num vir-a-ser da maternidade e que procuram a Justiça para um não-vir-a-ser mães.

No Capítulo 4 está descrita a metodologia utilizada, ressaltando as principais características da pesquisa em Psicanálise, especialmente quanto à instrumentalização da transferência para elaboração da pesquisa. Além disso, a presente investigação está inserida no campo da pesquisa em extensão devido ao seu caráter de aplicação da Psicanálise em contexto institucional. Na sequência, é detalhado como acontece a chegada das gestantes ao Programa Entrega Legal e os primeiros passos da pesquisa, a seleção dos casos, submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa e como se deu a composição das informações que foram analisadas. Em seguida, ainda nesse capítulo, cada uma das participantes é apresentada e o nome escolhido para elas, inspirados na mitologia grega.

No Capítulo 5 é retomado o referencial psicanalítico, em que prevalece o acesso ao inconsciente que se apresenta na fala, escrita, gestos e nas relações transferenciais dos sujeitos e da pesquisadora. A análise do material permitiu a abordá-los em itens temporais, utilizando como inspiração os três tempos lógicos propostos por Lacan (1945/1998). O primeiro item de análise apresenta o *instante de ver*, em que foi analisada a temática no Judiciário e as narrativas iniciais das gestantes sobre a gravidez. No seguinte item, o *tempo de compreender*, constam as reflexões sobre as relações das gestantes com as próprias mães e os entraves na suposição de um sujeito, que torna os bebês estranhos em seus ventres. Por fim, no último item, o *momento*

de concluir, estão dispostas as considerações sobre os partos das participantes e os seus desdobramentos, assim como as possibilidades de uma escuta clínico-política no meio jurídico, analisando tanto o trabalho desenvolvido com as gestantes quanto as reverberações no discurso jurídico sobre o tema acessado nas audiências e nos processos.



A entrega voluntária merece ser tratada, no Poder Judiciário, como uma brecha, um furo no circuito da repetição ao propor esse cuidado com a gestante. Entretanto, é fundamental que esse trabalho viabilize ampliar a discussão relativa à maternidade e à exclusão social, pois pode ocorrer um desvelamento de questões que se encontram no cerne das situações da entrega voluntária à adoção, que suplantam as condições subjetivas da mulher e abarcam o laço social.

A temática da entrega legal – para além da identificação e do reconhecimento do desejo feminino como não adstrito a tornar-se mãe – envolve reflexões sobre as condições de precariedade social e desamparo que permeiam o fenômeno, bem como as possibilidades de essas mulheres chegarem aos dispositivos para anunciar suas escolhas.

A responsabilidade ética do analista incide em se despir de seu lugar na classe social para escutar as mulheres sem repetir as forças de exclusão existentes na posição que ocupa e, também, considerar como lhe incidem subjetivamente os ideais da maternidade e a naturalização da mulher e mãe.

PSICANÁLISE

ISBN 978-85-212-2527-0



9 788521 122527 0



www.blucher.com.br

Blucher



Clique aqui e:

VEJA NA LOJA

Entrega voluntária à adoção

Psicanálise, direito e política

Daniela Torres Pedruzzi, Anamaria Silva Neves

ISBN: 9788521225270

Páginas: 144

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2025
